

FONTES DOCUMENTAIS: NOVOS OLHARES, NOVAS DISCUSSÕES PARA A PESQUISA SOBRE MULHERES ESCRAVAS DA RIBEIRA DO ACARAÚ (SOBRAL, CEARÁ, SÉCULO XVIII)

GALDINO, Maria Rakel Amancio*

RIBARD, Franck Pierre Gilbert**

Universidade Federal do Ceará

rakelgaldino@yahoo.com.br

franckribard@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a historiografia tem privilegiado as mulheres como objeto de estudo, destacando-as enquanto sujeitos históricos. Para a escrita da História, tal privilégio é uma conquista recente.

No Brasil, até meados da década de 1980, as mulheres pouco eram incorporadas como objetos de análise para a pesquisa em História(SOIHET; PEDRO, 2007), perspectiva essa que mudou a partir de obras como *Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, de Maria Odila L. S. Dias em 1984, narrando a respeito do cotidiano e as sociabilidades de mulheres pobres nos mundos do trabalho. Nesse livro, surgem os conflitos, tensões e estratégias que permeavam a vida cotidiana de lavadeiras, vendedoras ambulantes com seus tabuleiros, quitandeiras, fiandeiras, negras de ganho e escravas, trazendo para a história sujeitos excluídos, suas práticas, seus significados, e negociações durante o processo de urbanização de São Paulo ao longo do século XIX, abrangendo também XVIII. Através de fontes históricas variadas, vemos emergir questões relativas a pesquisa, a reunião desses fragmentos onde mulheres brancas, negras e indígenas e suas ações cotidianas num contexto urbano são descortinadas, bem como estas se socializavam e interagiam, por vezes divergindo do poder vigente.

Essas sensibilidades a própria revisão de fontes já abordadas, ou investigação a novas séries documentais, entre operários, camponeses entre outros sujeitos, foram abertas possibilidades para a inclusão do escravo(LARA, 1995) ganharam espaço graças a historiadores como E.P. Thompson, ao propor para a pesquisa em História, sujeitos aparentemente excluídos(NEGRO; SILVA, 2001). Mas como as fontes históricas,

* Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Agência Financiadora: Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

* Professor Dr. do departamento de História da Universidade Federal do Ceará. (Orientador)

visualizadas sob novas perspectivas, podem contribuir para pensarmos nas trajetórias, experiências e significados das ações das mulheres escravas ao longo do século XVIII? Quais suas potencialidades para pensarmos os mundos do trabalho, sociabilidades, cultura e poder no Brasil sob o Antigo Regime numa região de pecuária como a Ribeira do Acaraú, especificamente nas abrangências da atual cidade de Sobral?

Tais questões surgiram da necessidade de compreendermos o povoamento colonial enquanto processo, forjado pela ação de diversos sujeitos. E, ao ampliarmos discussões a respeito da escravidão negra e indígena,¹ destacar não apenas uma presença marcada por subserviência sem expressão, mas ações permeados por estratégias², negociações e resistências ainda que nem sempre enveredavam pelo conflito aberto, como podemos observar na vasta produção historiográfica produzida a partir de 1970 e 1990,³ bem como nas fontes históricas a que temos acesso.

Evidentemente, para visualizarmos a complexidade da dinâmica colonial setecentista, é necessário observar aspectos culturais, discursos e os valores que permeavam as ações de homens e mulheres. Quanto ao universo feminino, as evidências históricas apontam para matronas, filhas, senhoras, proprietárias de terras e de gentes; brancas pobres que trabalham no âmbito doméstico e na rua; índias livres, libertas ocupando várias posições sociais; e as mulheres negras vindas da África ou nascidas no Brasil. Entre *sinhas*⁴ forras e escravas, elas desempenham vários papéis sociais.

¹ Nesse sentido, a respeito da história social e as pesquisas sobre escravidão, é importante salientar a proposta de Silvia H. Lara em importante artigo: “*Blowin’ in the wind*: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. Projeto História n. 12 (1995).

² Concebemos *estratégia* como um conjunto de ações realizadas pelas mulheres escravas, nas palavras de SOUZA(2003: 6), ao dialogar as relações entre povos coloniais com o poder, os mesmos se movimentavam no sentido de terem “a oportunidade de expansão e decisão de relações com o que lhe é exterior. Nele, a movimentação é minuciosamente calculada e está cheia de intenções.” Baseados nas discussões da autora, e, ampliando a discussão, podemos salientar que tais relações marcaram o universo de religiosos, funcionários da Coroa, dos colonos e escravos.

³ LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; FLORENTINO, Monolo. *Em costas negras: uma história do Tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; SILVA, Eduardo e REIS, J. J. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁴ A esse respeito ver: FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás Pretas, damas mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2004.

Nesse sentido, salientamos novas perspectivas para a pesquisa em documentações cartoriais⁵ e eclesiásticas⁶ que contém vestígios de atuações desses sujeitos na Ribeira do Acaraú, estabelecida na região Norte cearense na primeira metade do século XVIII. Afinal, como as mulheres surgem nessas fontes, e como tais documentos nos permitem dialogarmos sobre construção social da mulher escrava? Como foram registradas nessas fontes e a quais possibilidades podem nos levar?

O região do Vale do Acaraú corresponde a atual região Norte cearense, ocupada pelos colonizadores entre o final do século XVII e início do XVIII, cujos núcleos de povoamentos surgiram a partir das fazendas de criar gado transferidas da faixa litorânea para os sertões⁷. As evidências das atuações desses colonos nos deixaram vestígios através dos quais buscamos perceber experiências forjadas a partir dos dobramentos das ações das perspectivas, negociações e conflitos, e os caminhos seguidos por homens e mulheres de variadas etnias na América Portuguesa.

Para tanto, nos baseamos na experiência em acervos documentais no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica(NEDHIS) da Universidade Estadual Vale do Acaraú, e arquivo da Cúria Diocesana de Sobral, Ceará. Ao cruzarmos essas evidências com fontes documentais disponíveis em outros acervos como o Arquivo Público do Ceará – APEC, Instituto do Ceará, entre outros, localizados em Pernambuco e Rio de Janeiro, é possível ampliar a análise e enriquecê-la, uma observação importante ao pesquisador, embora não sejam o foco da discussão nesse momento. Sob novas perspectivas, propostas de análise que nos instigam a problematizações diversas sobre tal documentação, nossos objetos de estudo ganham forma entre os números, e heranças, relatos de dívidas, fugas, adoção de sacramentos, ultrapassam o simples relato, o discurso, para se transformarem em sujeitos históricos.

AS MULHERES ESCRAVAS E AS FONTES HISTÓRICAS COLONIAIS

⁵ Inventários, testamentos e livros de Licenças e Registros da Câmara de Sobral. Disponíveis no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica - NEDHIS da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.

⁶ Livros de casamentos, batizados e óbitos disponíveis Cúria Diocesana de Sobral.

⁷ Segundo Otaviano Vieira Júnior(2006:1): “O primeiro significado da palavra sertão registrado no Brasil, que já aparecia na Carta de Pero Vaz de Caminha, seria como lugar longe do litoral, posteriormente foi lhe acrescentado o signo de grande vazio inculto e desabitado. Com padrões culturais diferentes do lusitano, com uma natureza inóspita e com uma vasta área territorial foi caracterizado o sertão, sempre comparado num jogo de espelho com o litoral farto e refinado.”

No cotidiano da América portuguesa setecentista, eram comuns a precariedade, instabilidade, principalmente para as escravas, cuja vida poderia mudar significativamente devido a morte ou venda pelo proprietário.

Inseridas num mundo do trabalho na condição de objeto, elas buscaram estratégias para sobreviverem e construírem suas sociabilidades. Dos breves relatos de fugas, na assistência aos senhores e aos outros escravos, é perceptível vislumbrarmos o jogo de negociações, conflitos e alianças que poderiam estar em cena. Essas experiências podem ser captadas a partir das fontes documentais, com as quais dialogamos, para melhor compreender os significados das ações dessas mulheres, pois como nos lembram JANCSÓ e KANTOR:

Com a construção [de] novos instrumentos de pesquisa, já se torna visível maior sofisticação das abordagens e a confrontação crítica de diferentes tipos de documentação, envolvendo não só a literatura de viagens, memórias, romances, panegíricos, fontes judiciais e criminais, além de documentos cartoriais, recenseamentos e fontes camerárias e eclesiásticas, relações que, percebe-se, está longe de ser completa, e a qual cabe acrescentar o crescente recurso à documentação iconográfica, aos objetos de cultura material e os registros da memória oral e gestual. (2001: 9-10)

Desse modo, ao problematizarmos as fontes coloniais, numa sociedade estratificada, marcadas pelas hierarquias (LARA, 2007), para captarmos a presença feminina, é importante ir além da impressão do primeiro contato, pois marcadas pelo discurso masculino, que ressaltam sua inferioridade em relação ao homem.⁸

Assim, algumas das possibilidades para entendermos o universo social onde foram inseridas e atuavam as escravas, é preciso entender a reprodução de valores, identidades sobre papéis sociais definidos na América Portuguesa, devendo o historiador estar atento para os significados dessa dominação, e os mecanismos através dos quais operaram. A resistência, busca pela autonomia podem não vir aos olhos num

⁸ No contato de Mari Del Priore com as fontes coloniais, esses relatos são colocados. Nas palavras da autora: *“Auscultando as trajetórias femininas em documentos e fontes impressas entre os séculos XVI e XVIII, encontrei imagens recorrentemente associadas à dominação e à opressão sobre a mulher. Nelas, a mulher é vítima constante da dor do sofrimento, da solidão, da humilhação e da exploração física, emocional e sexual; mas tateei igualmente a natureza de discretos poderes que reagiam e a essas situações pintadas nas imagens, poderes assegurados à mulher através de sua emancipação biológica, tanto quanto de sua emancipação e dominação masculina. Sensibilizei-me ao descobrir, por trás da torrente de discursos normativos sobre o-que-a-mulher-deveria-ser, as populações femininas em sua minoridade. No avesso do papel que lhes era delegado pelas instituições do poder masculino, a Igreja e o Estado, elas costuravam as características do seu gênero, amarrando práticas culturais e representações simbólicas em torno da maternidade, do parto, do corpo feminino e do cuidado com os filhos.”* (1995: 15-16)

primeiro momento de contato com tal documentação.

Relegadas ao mais baixo patamar social por serem mulheres e escravas, negras e índias construíram conjunto de práticas, estratégias de negociações, alianças a partir de suas atuações, forjadas pelas solidariedades que surgem a partir de novas reflexões sobre a temática de escravidão⁹ e das fontes documentais.

No âmbito dos interesses que permearam a exploração do trabalho escravo e a colonização, ao incentivá-la em áreas até então desabitadas, criando vilas em pequenos povoados, ligando colonos sob uma mesma legislação, buscava-se também estabelecer a ordem, a justiça,¹⁰ pois de acordo com VIEIRA Jr.:

Diante do tamanho das conquistas territoriais e políticas, da variedade de inimigos enfrentados e da pequenez da máquina administrativa da Coroa a iniciativa privada passava a ser elemento fundamental na expansão e consolidação do Império. Do poder real, entrecortado por ditames simbólicos, forjavam-se sob o bico da pena documentos que legitimavam os esforços individuais de colonos e garantiam áreas de influência, colonização e exploração econômica para a administração do governo português. (2006:1)

Portanto, ao longo do século XVIII, a Coroa Portuguesa intensificou sua ação para o além mar (NOVAIS & SOUZA, 1997). Os funcionários do Estado seguiam caminhos dos vaqueiros e representantes da Igreja, estabelecendo a “autoridade civil lusitana” (JUCÁ NETO, 2009: 10), registrando os bens, e a distribuição dos mesmos no caso da morte dos proprietários, elegendo tutores que prestavam contas dos bens dos herdeiros, posses como os escravos e seus descendentes, bem como os destinos de repasse, compra e venda dos mesmos.

Os religiosos, representantes do poder eclesiástico, prestavam contas de seus súditos, registrando casamentos, batizados e óbitos desses, visitas e ordenações de seus superiores e das ordens menores que passavam na região. Sob a letra do padre Luís

⁹ Ver: FARIA, Op. Cit.; MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *“Quem tem padrinho não morre pagão: as relações de compadrio e apadrinhamento de escravos numa Vila Colonial (Mariana, 1715–1750)”*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2006; PRAXEDES, Vanda Lucia. *O “avesso do bordado”: desvelando os traços, fios, teias e tramas: Famílias de mulheres na comarca do rio das velhas – minas gerais (1770–1850)*. In: *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira [Proceedings of the 12th Seminar on the Economy of Minas Gerais. 2006]*.

¹⁰ A respeito desse assunto ver: JUCÁ NETO, C. R. “As Diretrizes Urbanísticas Portuguesas para as Vilas Cearenses”. In: XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2009, Florianópolis. *Planejamento e Gestão do Território – Escalas, Conflitos e Incertezas*. Florianópolis: UFSC, 2009, v. 1, p. 1–22.; VIEIRA Jr., Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

Soares de Souza, por exemplo, podemos visualizar esses sujeitos em visitas pelo sertão, bem como as freguesas escravas e forras, solteiras e casadas, o perfil de seus maridos, compadres, aparecem nessa documentação, pessoas como:

Martinha filha de Maria Joze escrava do Capitão Jacinto de Sá do Amaral cazado, e moradores nesta Freguezia de Nosa Senhora da Conceição da Caisara naseo a vinte e dois de Novembro de mil sete centos, e secenta e oito e foi bautizada com Santos oleos a vinte e dois de Dezembro do mesmo ano, na Capela de Santa Ana filial desta Matris, pelo Padre Frei Joze de Santa Eufrozina Carmelita de minha licença: foy padrinho Manuel escravo do Capitao Vicente Ferreira da Ponte moradores nesta Freguezia, do que fis este termo para constar, easinei.(Livro 03. fl. 2v)

A partir desses relatos, questões como as alianças através dos compadrios escravos, envolvendo cativos entre si e com os próprios senhores da região.¹¹ Devemos atentar, portanto aos significados que o compadrio representava no plano simbólico cristão ocidental, bem como as motivações pelas mães escravas – geralmente solteiras – nas escolhas dos compadres entre escravos, senhores ou filhos destes. Parecem sugerir um tipo de relacionamento que poderia ir ou não além do cativo.

Contudo, vale salientar que, incentivando a legitimação das maternidades e dos batizados, a Igreja Católica pretendia expandir seu domínio as escravas, visto que:

A Igreja sabia que a mãe representava o elo de transmissão de normas e valores ancestrais como também o isolamento da faina doméstica permitia a gestação de elementos culturais peculiares. Introduzir no mais recôndito do lar, do fogo doméstico, o modelo da boa-e-santa-mãe tinha por objetivo valorizar o matrimônio na legislação eclesiástica para incentivar mancebas, concubinas e amasiadas a perseguirem a aliança sacramentada. (1995: 107)

Entretanto, para as mancíprias, esses espaços tiveram outros significados. O fogo doméstico, por exemplo, lhes permitia “um lugar para chamar de seu”, um âmbito que lhes permitisse ter “autonomia” (Slenes, 1999), formar famílias, terem os domingos para descanso ou trabalho em benefício próprio, almejando mais estabilidade aos seus lares, conferindo se não segurança, ao menos a possibilidade de viver dentro de seus próprios padrões culturais, assim como fontes de alimentos independentes. Já para o senhor, interessava o enraizamento dos cativos, posto que dificilmente fugiriam tendo família.

¹¹ A filha de Francisco Rodrigues Branco, Jozefa Maria, por exemplo, entre 1760–1770, foi madrinha de: Joze, filha de Vicensia, escrava de Jozé Vieira de Melo (Livro 03: fl.206); Francisco, filho de Rita do Gentio de Angola, escrava do Capitão Antonio Gomes Betancor (Op. Cit., fl.46) e Anna filha de Thomazia mestiça solteira, não escrava (Op. Cit., fl. 55).

A religiosidade, contraponto importante “para compensar a dispersão espacial e de isolamento social dos colonos” (MOTT, 1997: 155), era também instrumento normatizador, de reunindo e integrando. Ao adotarem os ritos cristãos, os escravos utilizaram esses espaços de controle enquanto ponto estratégico em suas sociabilidades¹². Na povoação da Caiçara, a Igreja era procurada para obtenção dos sacramentos cristãos principalmente por ocasião das festas religiosas, sendo ponto de referência. Detectá-los é importante para visualizarmos mobilidade, alianças e as resistências forjadas por essas mancípias.

Ao desempenharem seu papel os religiosos deixaram vestígios sobre cultura e poder na Colônia, captaram discursos como os proferidos em 1760, na vinda do visitador Veríssimo Roiz Rangel para a “Freguezia da Caisara”, ordenando ao “Rdo. Parocho e a todos os mais Capellaens... que nos Domingos do ano, antes da Missa Conventual, ensinem a doutrina christã com muita claridade a todos os filhos famílias, escravos e a todos os demais, que não o souberem...”. Aos desobedientes, previa penalidades, como multas, e serem citados nos registros da Igreja(FROTA, 1995: 587).

Outra fonte documental de grande valor para a pesquisa em Histórica, são os inventários *post-mortem*. A partir do levantamentos de bens de pessoas falecidas, acompanhando a distribuição, prestações de contas dos destinos dados a tais patrimônios pelo Tutor dos herdeiros, podemos visualizar “escravos” indígenas, africanos e seus descendentes, geralmente descritos entre ouro, prata, cobre, estanho, “Título de bens móveis” e/ou trastes” do casal(móveis e utensílios domésticos).

Nesses relatos, as mulheres escravizadas, surgem partilhadas, leiloadas, vendidas, fujonas, credoras e devedoras. Os sinais de violência e relatos de fugas são outros aspectos contidos nessas fontes, como vemos no inventário de Quitéria Marques de Jesus, que possuía: uma “cabra por nome Luiza com uma velide em um olho = 50\$000” e da “negra por nome Maria velha e doente” que se encontrava “fugida”. Também a escrava chamada Josepha Mina, é descrita como “parideyra com achaque de cravos nas solas dos pés”. Os dois casos nos remetem a questões sobre relacionamentos

¹² Nesse sentido, o historiador Raimundo Nonato de Souza (2006) fez uma importante leitura a respeito das apropriações pelo escravo da religiosidade dos colonizadores, um ponto estratégico em suas sociabilidades. Ver também: SILVA, Luis Geraldo. “Da festa a sedição. Sociabilidades, etnia e controle social na América Portuguesa(1776–1814). In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (org.). *Festa: Cultura e sociabilidade da América Portuguesa*. Vol. I. São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

entre senhores e escravos e quais fatores impulsionavam-nas atitudes extremas como as fugas, principalmente para as mulheres.

Já no inventário de Luís Gomes de Oliveira¹³, casado com Ana Maria de Oliveira, o que mais chama atenção é o leilão dos cativos, visto que a adulta foi destinada ao quinhão da viúva e as crianças, leiloadas “a quem por ela mais desse”, sendo em seguida arrematados por Ana Maria, viúva do casal, representada pelo arrematante Joaquim Gomes de Oliveira. Nos oferecem elementos para reflexão, quais solidariedades foram tecidas no interior desses domicílios, ou as motivações ou negociações teriam levado a senhora a arrematar os filhos da escrava.

No inventário de Maria Lopes Leitão, onde reconhecia, em 1764, dever a escrava Luzia de 90 anos por lhe ajudar durante a enfermidade.¹⁴ Duas questões chamam atenção neste documento: a primeira, relacionada ao tipo de atividade que Domingas exercia, se viveria de suas próprias rendas – serviços extras desenvolvidos provavelmente fora do ambiente doméstico dessa senhora. E a segunda, relacionada ao reconhecimento da dívida na hora da morte, a respeito dos acordos firmados nos mundos do trabalho numa região de pecuária.

Também os livros de *Registro e Licença da Câmara* entre os anos de 1774 a 1793, ao registrarem as atividades comerciais após 1774, nos deixam informações a respeito de pessoas como “Romana Maria” escrava de Pedro Enes, por exemplo, que adquiriu o direito de ter venda pública. Acessarmos tais fontes, nos permitem ampliar aspectos da pesquisa a respeito dos contatos da rua por essas mulheres, suas condições econômicas, e inserção enquanto agente no contexto comercial.

Assim, inventários, Testamentos, livros de Registros e Licenças da Câmara deixados por esses sujeitos nos permitem visualizarmos informações a respeito dos povos coloniais, suas práticas sociais. Ao propor para a escrita da história um diálogo a partir dos vestígios do passado, muitos são os problemas com os quais nos deparamos, e no desenrolar do pesquisa, é perceptível que o “objeto” de estudo transforma-se em sujeito.” (JIMÉNEZ: 1995). Considerando que os seres humanos são movidos por interesses e expectativas, o que os leva pensar de qual forma elaboravam estratégias

¹³ 1773. Caixa 007. NEHIS/UVA.

¹⁴ No mesmo documento, o inventariante Jacinto Coelho Frazão declarou “dever huma sua escrava por nome Domingas sette patacas que a mesma deffunta lhe devia de rendas e na hora da morte pedio lhe pagasse.” A quantia equivalia na época em 2\$240.

para correspondê-los, podemos indagar sobre as motivações que poderiam, em sua época levar homens e mulheres a determinadas atitudes ou escolhas.

Percebemos, por fim, a importância das hipóteses que delineiam nossas pesquisas sobre os elementos que permearam as vidas, e sentidos de suas ações e como estas marcaram a sociedade ao longo do tempo.

FONTES

BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Cronologia Sobralense*. Sobral: Imprensa Universitária, 1979. Vol. I

FROTA, Dom José Tupinambá da. *História de Sobral*. Fortaleza: IOCE, 1995.

DOCUMENTAIS

Datas de Sesmarias do Ceará e índices das Datas de Sesmarias. CD-room N°01. Fortaleza: Expressão Gráfica/Wave Media, 2006.

Inventário de Antonio Fernandes. 1725. Caixa 001. Núcleo de Estudos e Documentação História – NEDHIS. Universidade Estadual Vale do Acaraú.

Inventário de Francisca Marques. 1730. Caixa 001. NEDHIS/UVA.

Inventário de Manuel de Jesus da Cunha. Caixa 006. NEDHIS/UVA.

Inventário de Maria Lopes Leitão. 1764. Caixa 003. NEDHIS/UVA.

Inventário de Quitéria Marques de Jesus. 1759. Caixa 004. NEDHIS/UVA.

Inventário de Ventura Afonso Guimarães. 1782. Caixa 004. NEDHIS/UVA.

Livro de Registros e Licenças da Câmara de Sobral. Século XVIII. Livro 01. Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS. Universidade Estadual Vale do Acaraú.

BIBLIOGRAFIA

CHARTIER, Roger. “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica”. **Cadernos pagu** (4) 1995. pp. 37-47.

DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século. XIX*.

São Paulo: Brasiliense, 1984.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. **Sinhás Pretas, damas mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)**. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2004.

JANCSÓ, Istiván; KANTOR, Iris (org.). **Festa: Cultura e sociabilidade da América Portuguesa**. Vol. I. São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

JIMÉNEZ, Martha Patrícia Ponce. “Trabalho, poder e sexualidade: Histórias e valores femininos.” In: **Cadernos Pagu**, vol. 5, 1995: pp. 201-276.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. **Vilas, Povoados e Estradas do Ceará Colonial: os Caminhos da Ocupação Territorial**. Disponível em: <http://www.arquitetura.ufc.br/novo/wp-content/uploads/2010/11/Vilas-Povoados-e-Estradas-do-Cear%C3%A1-Colonial.pdf>

LARA, Silvia Hunold. “Blowin’ in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. *Projeto História* n. 12 (1995).

_____. **Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sérgio(Org.). **Peculiaridades dos Ingleses**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Melo(org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, no 54, 2007. p. 281-300

SOUZA, Monica Hellen Mesquita de. **Missão na Ibiapaba: Estratégias e táticas na Colônia nos séculos XVII e XVIII**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2003.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues. **Rosário dos Pretos de Sobral: Irmandade e Festa (1854-1884)**. Fortaleza: Edições NUDOC, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos do pecados:** Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VIEIRA Jr., Otaviano. **Entre paredes e bacamartes:** história da família no sertão. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

_____. “Nas Sesmarias histórias de vida e histórias de terras”. In: *Datas de Sesmarias do Ceará e índices das Datas de Sesmarias*. CD-room N°01. Fortaleza: Expressão Gráfica/Wave Media, 2006.